

História e racialização do gênero no pós-abolição uruguaio: o ativismo de Iris Cabral e Maruja Pereyra como parte do repertório das lutas por cidadania (Montevidéu, 1930-1950)

History and racialization of gender in Uruguay post-abolition: the activism of Iris Cabral and Maruja Pereyra as part of the repertoire of struggles for citizenship (Montevideo, 1930-1950)

Fernanda Oliveira*

Resumo: O artigo analisa o ativismo de Iris Cabral e Maruja Pereyra na cidade de Montevidéu (UY) à luz do pós-abolição nas Américas como problema histórico. Utiliza como fontes textos de autoria de ambas as mulheres publicados no periódico negro *Nuestra Raza* (que circulou em 1917 na cidade de San Carlos; e entre 1933 e 1948 na cidade de Montevidéu), bem como sobre elas e sobre atividades por elas desenvolvidas no mesmo periódico e no *Órgano del Partido Autóctono Negro* (que circulou em 1937 e era o porta-voz do partido político de recorte racial homônimo). A análise das fontes, manejadas à luz das discussões sobre interseccionalidade, em diálogo crítico com a produção historiográfica contemporânea, permite afirmar que as ativistas eram mulheres negras, empregadas domésticas, colaboradoras dos órgãos referenciados e ativas no movimento sufragista daquele país cujas atuações estiveram imbricadas com lutas por cidadania, estendidas em um aspecto mais geral às Américas. Os resultados elucidam aspectos da luta das mulheres negras a partir dos contornos políticos por elas estabelecidos, o que contribui para uma escrita da história das Américas que

* Doutora em História, professora dos cursos de graduação em História e Pós-Graduação em História da UFRGS. Representante da UFRGS no comitê acadêmico "Historia, regiones y fronteras" da Asociación de Universidades del Grupo Montevideo, membro da Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia, da Associação Nacional de História e da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros. Colunista do UOL na coluna Presença Histórica. Tem experiência na formação de professores e de pesquisa na área de História da América, Teoria da História e História do Brasil, com ênfase em pós-abolição e pensamento de mulheres negras. E-mail: foliveira.ufrgs@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8198-3552>.

desestabiliza as noções de igualdade, e para a historicização de como a racialização do gênero e a generificação da raça estiveram presentes e marcaram as relações sociais no Uruguai, imbricando economia e política.

Palavras-chave: racialização do gênero; generificação da raça; Uruguai.

Abstract: This article analyzes the activism of Iris Cabral and Maruja Pereyra in the city of Montevideo (UY) considering the Americas post-abolition as a historical problem. It uses as sources texts written by both women published in the black periodical *Nuestra Raza* (which circulated in 1917 in the city of San Carlos; and between 1933 and 1948 in the city of Montevideo), as well as about them and the activities they developed in the same periodical and in the *Órgano del Partido Autóctono Negro* (which circulated in 1937 and was the mouthpiece of the racially biased political party of the same name). The analysis of the sources, managed handled in the light of discussions on intersectionality, and in critical dialogue with contemporary historiographical production allows us to affirm that the activists were black women, domestic workers, collaborators of the referenced organizations and active in the suffragist movement in that country whose actions were intertwined with the struggles for citizenship, understood in a more general aspect to the Americas. The results elucidate aspects of the struggle of black women, based on the political contours established by them, which contributes to a writing of the history of the Americas that destabilizes notions of equality and to the historicization of how the racialization of gender and the genderification of race were present and marked social relations in Uruguay, intertwining economy and politics.

Keywords: racialization of gender; genderification of race; Uruguay.

Introdução

A PROPOSTA que aqui se apresenta recai sobre as questões de gênero articuladas com a ideia social de raça negra. E se insere em um projeto mais amplo em desenvolvimento acerca das experiências negras no Uruguai no século XX, de forma a observar a pertinência da definição de pós-abolição para tal recorte cronológico. De pronto, cabe salientar que os estudos que entendem tal definição enquanto conformadora de um campo de estudos específico evidenciam as persistências do racismo e ampliação da ideia de raça negra, bem como apresentam as lutas pela cidadania em períodos democráticos. No entanto, é ainda incipiente tal definição nos estudos históricos acerca da população negra no Uruguai no século XX, aparecendo apenas para o século XIX, fazendo menção à cronologia e não a um campo.¹

1 Os estudos sobre o Uruguai serão referidos ao longo do texto. Para a ideia de campo, ou seja, de características específicas que escapam apenas ao período imediato às leis de abolição nas Américas, ver COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão:** investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de

As evidências desta reflexão estão dispostas nas fontes produzidas pelos próprios grupos negros, aqui alcançados por meio da imprensa negra, que, por sua vez, compõe o escopo maior do associativismo negro. A ênfase está em *Nuestra Raza* (que circulou na cidade de San Carlos em 1917 e, entre 1933 e 1948, na cidade de Montevideú) e o *Órgano del Partido Autóctono Negro* (que circulou no ano de 1937 e era o porta-voz do partido político de recorte racial); tais exemplos são simultaneamente fontes e pano de fundo das experiências aqui acompanhadas.² De forma a melhor contextualizar a proposta, esta introdução apresenta um panorama social e político do Uruguai no período de recorte deste artigo, seguido de elementos que se articulam com a problematização desenvolvida.

O período compreendido entre os anos 1930 e 1950 na República Oriental do Uruguai foi marcado por uma forte crise econômica conectada com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, seguida por reorganização interna depois das eleições nacionais de 1930, da qual saiu vencedor o líder colorado Gabriel Terra. Com forte inspiração de direita e antitrabalhista, Terra governou democraticamente até 1933, quando deu um golpe de Estado e permaneceu no poder até 1938. Período que marca uma série de transformações também nos países vizinhos, com ênfase ao Brasil, que viu Getúlio Vargas ascender ao poder com a Revolução de 30 e, posteriormente, também realizar um golpe de Estado, semelhante ao que ocorreu na Argentina com José Feliz Uriburu, que assumiu em 1930 por meio de um golpe militar.

O governo de Terra foi marcado por um fortalecimento do Estado, com a criação da *Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland* (Ancap), investimento em obras públicas e restrição na imigração. Terra concentrou-se em contornar e diminuir, já nos momentos iniciais de seu governo, o protagonismo dos sindicatos de trabalhadores.³ A restrição da imigração, em 1932, é um dos resultados.

No entanto, a restrição não se justificava apenas pelo caráter ideológico, mas por um alinhamento com medidas eugênicas que buscavam eliminar os indesejáveis anarquistas e impedir a entrada de negros, asiáticos e mesmo os ciganos. Simultaneamente, em 1932, se aprovou uma nova constituição, na qual reconhecia-se pela primeira vez o direito ao voto feminino. A restauração democrática ocorreu entre 1938 e 1946, passando pelos efeitos da II Guerra Mundial e, na sequência, consolidando o período conhecido como “el neobatllismo” (1947-1958), que ficaria marcado pela ampliação da legislação trabalhista.⁴

Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

2 Os acervos dos referidos periódicos encontram-se na hemeroteca física e digital da Biblioteca Nacional de Uruguay e são compostos por 211 números de *Nuestra Raza*, sendo 30 referentes à 1ª época (1917) e 181 referentes à 2ª época; e oito números do *Órgano del Partido Autóctono Negro*. Selecionou-se um total de 95 exemplares de *Nuestra Raza* e seis exemplares do *Órgano del Partido Autóctono Negro* a partir dos temas de interesse abordados ao longo do artigo. Nem todos os números possuem páginas numeradas, assim, quando não está paginado optou-se por utilizar “n.p”.

3 NAHUM, Benjamín. **Manual de História del Uruguay**: Tomo II - 1903-2010. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2014.

4 PORRINI, Rodolfo. Trayectorias laborales, relatos de vida y mundo del trabajo (1940-1950). **Segundas Jornadas de Historia Regional Comparada**, p. 1-24, 2005. PORRINI, Rodolfo. Izquierdas uruguayas y algunas experiencias educativas y formativas: Montevideo, 1920-1950. **Educación Unisinos**, São Leopoldo, v. 20, n. 2,

O processo empreendido entre 1931 e 1950 é interpretado pela historiografia como de recuperação democrática e fortalecimento do liberalismo.⁵ É nesse período que o país incorpora epítetos que ainda hoje ressoam, como a ideia de *Suiza de la America Latina*, e diferencia-se dos demais países da região, em termos econômicos e sociais, o que lhe permitiu reivindicar a máxima de que *Como Uruguay no hay*.⁶

Se, de maneira geral e panorâmica, essa é a síntese do período, importa aqui observar como pessoas negras, especialmente mulheres, viveram esse período e fizeram das lutas por cidadania tanto uma contestação à suposta democracia calcada em igualdade de direitos vociferada pelo estado nacional quanto uma possibilidade de construção de contranarrativas históricas acerca de suas existências. Negadas principalmente na antessala do referido período, por conta dos festejos do Centenário da Independência (1925-1930), mas reconhecidas quando do Centenário da Abolição (1942). Vale destacar que o período compreendido entre 1903 e 1958 foi governado nacionalmente apenas por lideranças coloradas, que herdaram o legado da 1ª lei de abolição, proclamada em 1842.⁷ Esse legado fazia com que as pessoas negras tradicionalmente votassem nesse partido, algo que, como veremos, foi contestado.

Ora, se o estado nacional relegou aos grupos negros um espaço apenas no passado, no tempo da escravidão,⁸ foi por meio de organizações coletivas, principalmente do associativismo de recorte racial, que se contestou o lugar imposto e se forjou também uma imaginação política da nação e da diáspora, como veremos na parte seguinte deste artigo. Assim, pretende-se destacar os resultados acerca da atuação das mulheres negras dentro das organizações negras, mas também dentro do movimento de mulheres, sob as pautas principais do sufrágio e dos direitos trabalhistas, de forma a dar a conhecer ao público de língua portuguesa, sobretudo, aspectos da luta das mulheres negras a partir dos confrontos políticos por elas estabelecidos, como se verá na terceira parte do texto.

As primeiras análises recairão sobre as atuações de Iris Maria Cabral e Maruja Pereyra,⁹ ambas foram empregadas domésticas na capital da República, colaboradoras assíduas de *Nuestra Raza* e atuantes junto ao movimento sufragista uruguaio. Maruja, por sua vez, somou-se ao grupo idealizador do *Partido Autóctono Negro* e teve uma produção consistente no órgão de divulgação do partido. O recorte aqui apresentado é acompanhado de uma imersão na escrita da história uruguaia por ativistas negros e negras

p. 146-154, 2016.

5 NAHUM, op. cit.

6 Ibidem.

7 Houve uma 2ª lei de abolição, promulgada em 1846. Ambas as leis foram promulgadas no contexto da Guerra Grande, também denominada Guerra Civil do Uruguai. Sobre as discussões historiográficas em torno da temática ver FREGA, Ana et al. **Historia de la Población Africana Y Afrodescendiente en Uruguay**. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2020.

8 HARTMAN, Saidiya. Tempo da escravidão. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 10, n. 3, p. 927-948, 2020.

9 Ambas as autoras têm seus nomes grafados de formas diferentes nas páginas das fontes aqui analisadas. Iris Cabral por vezes aparece com o nome Maria ou sua abreviatura Mª. Maruja Pereyra por vezes aparece com a grafia Pereira. No texto padronizou-se a grafia e nas notas de rodapé está grafado como o original.

que produziram uma história pública, bem como por acadêmicos e acadêmicas da área da História comprometidos com o antirracismo. Além de um diálogo crítico com a historiografia a partir do fio condutor das lutas por cidadania como ponto crucial dos estudos acerca do pós-abolição nas Américas.

Os resultados apresentados convergem para a pretensão de reposicionar as contranarrativas como fundamentais para uma escrita da história da diáspora que desestabilize as noções de igualdade e contribua para a historicização de como a racialização do gênero, processo pelo qual a ideia de raça relaciona-se com o gênero, e a generificação da raça, processo pelo qual a ideia de gênero relaciona-se com a raça, estiveram presentes e marcaram as relações sociais, imbricando a economia e a política do Estado Oriental do Uruguai.¹⁰ Esses elementos podem ser observados também em uma longa duração, como as considerações finais deste texto destacarão a partir da noção de legado.

A imprensa como espaço de existência negra

O PERÍODO COMPREENDIDO entre os anos 1925 e 1930 foi marcado por comemorações em torno do centenário da independência. Aos moldes do que ocorre em tempos de efemérides, houve um investimento intelectual em narrar os grandes feitos da nação que completava 100 anos enquanto Estado republicano. A escrita da história nacional definiu quem eram os uruguaios: brancos de origem europeia. E justificou o que denominou por “*pequeña proporción de raza etiópica*” como vinculada única e exclusivamente à condição de escravidão. Esse mesmo grupo racial “*disminuye visiblemente hasta el punto de constituir un porcentaje insignificante en la totalidad de la población*”.¹¹

As poucas linhas estão presentes no *Libro del Centenario*, publicado pelo próprio país. Ou seja, tratava-se de uma publicação oficial. Nesse mesmo período, que se estendeu até 1996, o Uruguai não dispunha de discriminação por raça ou cor no seu censo e isso nos auxilia enormemente na compreensão dos significados vinculados à ocupação da imprensa por pessoas negras, mais precisamente daquilo que se convencionou denominar na historiografia especializada por imprensa negra, *prensa racial* ou *Black Press*, marcante nas Américas como espaço de presença e protagonismo negro.¹²

10 A historiadora brasileira Wlomyra Albuquerque, amparada em Barbara Fields, refere racialização enquanto um processo em que a ideia de raça denota hierarquização e é um discurso sempre em construção, relacionado a um contexto. Não obstante, amparada em Robert Miles, destaca que a ideia de raça nos Estados Unidos havia justificado “tanto a escravidão quanto a segregação e a limitação da cidadania dos negros no pós-abolição”. ALBUQUERQUE, Wlomyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. p. 35-36. A generificação é compreendida à luz das pesquisas desenvolvidas por María Lugones para quem o gênero, assim como a classe, é uma construção social colonial que tem por objetivo hierarquizar os sujeitos. Assim, a generificação, aliada à racialização, busca enfatizar vulnerabilidades conectadas por meio da ferramenta da interseccionalidade, o que também informa a autora, e destaca os eixos de opressão aos quais os sujeitos estão expostos. LUGONES, María. Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.

11 URUGUAI. **El Libro del Centenario del Uruguay, 1825-1925**. Montevideo: Agencia Publicidad Capurro & Cia., 1925. p. 43.

12 PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

O Uruguai conhecia exemplos dessa natureza desde 1872, quando circulou *La Conservación* em Montevideu, com o objetivo de levar ao Parlamento nacional um representante negro. Esse jornal foi produzido por um coletivo de homens negros que denunciou a precariedade da liberdade por conta do preconceito racial enfrentado por pessoas negras e da obrigatoriedade em compor as fileiras dos exércitos nacionais. Experiências de imprensa negra espalharam-se pela nação, e os anos 1930 constituíram um momento de inflexão, tanto por questões internas, especialmente o golpe de Gabriel Terra em 1933, quanto por questões externas, como a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa.

De qualquer forma, o que se destaca aqui é a utilização da imprensa para um controle de narrativa interna, bem como de transgressão da suposta insignificância das pessoas negras em termos numéricos e, consecutivamente, de identidade naquela nação, como bem destaca o historiador uruguaio Hernán Rodríguez.¹³ Foi nesse ínterim que, em 1933, surgiu a 2ª época da revista *Nuestra Raza* em Montevideu. O periódico, que havia circulado em 1917 na cidade de San Carlos, retoma sua circulação em agosto sob o *slogan* de *Órgano de la colectividad de color*.¹⁴

Se as devidas identificações realçadas na capa do primeiro exemplar explicitavam a característica principal das pessoas que davam corpo ao jornal, o período de circulação, ou melhor, a escolha do mês para dar início às atividades aponta para uma autodefinição que disputa o nacional, ou seja, trata-se de uma publicação que também cumpre um papel cívico. Agosto é o mês de comemoração da independência nacional. À luz dos estudos sobre a construção da liberdade nas Américas, parece acertado incluir a imprensa negra no grande repertório que foi forjado e acionado nas lutas por cidadania, como também para marcar presença.¹⁵ Não é objetivo aqui reforçar a ideia de protagonismo, mas dialogar a partir da presença e mais especificamente da existência negra. Isso, para um país que negava essa presença e flertava abertamente com a eugenia, parece fundamental ser destacado.

Os nomes que aparecem como responsáveis pelo jornal são todos masculinos, e dentre eles estavam Pilar Barrios, Feliciano Barrios e Ventura Barrios, Tulio Gutierrez,

CIRIO, Pablo Norberto. **Tinta negra en el gris del ayer**: Los afroporteños a través de sus periódicos entre 1873 y 1882. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2009. VOGEL, Todd (ed.). **The Black press**: New literary and historical essays. New Jersey: Rutgers University Press, 2001.

13 RODRÍGUEZ, Hernán. Memoria e identidad en el relato histórico de los intelectuales afrouruguayos del Centenario (1925-1930). **Claves. Revista de Historia**, Montevideo, v. 5, n. 9, p. 145-173, 2019.

14 **Nuestra Raza**, Montevideo, 25 ago. 1933. Capa.

15 Os estudos sobre o pós-abolição como um problema histórico têm crescido consideravelmente no Brasil desde os primeiros anos do século XXI e se articulam com pesquisas concentradas em outros espaços americanos, permitindo-nos explicitar e adensar uma concepção de Afro-Américas. As discussões centradas nas lutas por cidadania, racialização e formação do mercado de trabalho livre do campo que informam a análise aqui desenvolvida encontram-se principalmente em: RIOS; MATTOS, op. cit. COOPER; SCOTT; HOLT, op. cit. ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina**. (1800-2000). São Carlos: EdUFSCar, 2007. SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. **Provas de liberdade**. Uma odisseia atlântica na era da emancipação. Campinas: Ed. Unicamp, 2014. SECRETO, María Verónica; GOMES, Flávio dos Santos. (org.). **Territórios ao sul**: escravidão, escritas e fronteiras coloniais e pós-coloniais na América. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

Gilberto Cabral, Elemo Cabral, Sandalio Gutierrez e Carlos Ferrera. Pilar e Ventura eram irmãos e junto com Maria Esperanza Barrios haviam criado a revista, que circulava sob o nome de periódico, em 1917. A irmã estava falecida quando da criação da revista na capital; os irmãos, por sua vez, expandiram a iniciativa familiar junto a homens que eram ativos no periodismo local e comprometidos com as causas raciais. Cabe destacar que dentre os redatores que se mantiveram ao longo da existência da revista, a origem vinculada a famílias empobrecidas, o pouco acesso à educação formal, a migração para a capital, o vínculo trabalhista com a tipografia e o periodismo, com ênfase no trabalho em gráficas e atuação em sindicatos de operários, e idades nas faixas de 30 e 40 anos, se colocam como traços bastante comuns às experiências dos homens negros daquele país.

Pilar Barrios, por exemplo, tinha 44 anos quando da retomada de *Nuestra Raza*. Nascido em Rocha, havia morado em San Carlos e depois Montevideú, onde passou a maior parte de sua vida. Estudou menos de um ano na educação formal, foi trabalhador de estância e quando em Montevideú aprimorou seu letramento de maneira autônoma; foi esposo de Maruja Pereyra e, além de poeta, trabalhava como assistente administrativo a nível pessoal. Seu irmão, Ventura, tinha 37 anos quando do reaparecimento de *Nuestra Raza*, foi trabalhador gráfico e membro de sindicato da categoria. Elemo tinha 46 anos em 1933, possivelmente tinha profissão de porteiro e era pai de Gilberto.¹⁶ Carlos também havia migrado para Montevideú quando jovem e era trabalhador gráfico, com atuação anterior na imprensa negra, em especial no jornal *La Vanguardia*. Esse periódico circulou na capital entre 1928 e 1929, e se apresentava como *Órgano Defensor de los intereses da raza negra*. Editado por Salvador Betervide e secretariado por Isabelino Gares, ambos contribuintes de *Nuestra Raza*. Salvador nasceu em Melo e migrou para a capital, tinha 30 anos quando surgiu a revista e era advogado com forte inspiração socialista. Isabelino Gares, por sua vez, nasceu em Montevideú e, possivelmente, era o de mais idade do grupo, com 61 anos quando da criação da revista; fez carreira como escritor e autor teatral.¹⁷

A atenção para dados das trajetórias desses sujeitos nos permite observar algumas experiências em comum não apenas da população masculina negra, mas que se vinculam com mudanças vivenciadas pelo país interna e externamente. A principal delas é a onda migratória que marca os primeiros anos do século XX. Estatísticas oficiais indicam que, em 1908, o país contava com aproximadamente 1.042.686 habitantes. Em 1930 esse número praticamente duplica e alcança pelo menos 1.875.000 habitantes e, em 1963, o censo aponta uma população total de 5.595.510 habitantes.¹⁸

16 Cristina Rodríguez Cabral, escritora e poetisa afro-uruguaia de renome internacional, é neta de Elemo.

17 As fontes que permitem inferir essas informações estão além do disposto na revista, em produções da época e algumas análises posteriores, como em SERRAT, Alberto Britos. **Antología de poetas negros uruguayos**, v. 1. Ediciones Mundo Afro, 1990. GASCUE, Alvaro. Un intento de organización política de la Raza Negra en Uruguay. **Revista Hoy es Historia**, Montevideo, ano 5, n. 27, p. 47-54, jun. 1988. Um agradecimento especial à historiadora uruguaia Marianela Machado pelo compartilhamento desse texto.

18 DAMONTE, Ana. Variables estadísticas relevantes durante el siglo XX. 2001. **Instituto Nacional de Estadística**. Disponível em: <https://www5.ine.gub.uy/documents/Demograf%C3%ADayEESS/PDF/Informes%20>

Cabe destacar que, na primeira metade do século XX, a capital da república passa a congregiar quase metade da população do país, tornando-se assim um importante polo agregador de experiências diversas.

Além do mais, as dificuldades relacionadas ao acesso à educação formal, bem como a concentração em trabalhos que dispensavam essa mesma educação, por um lado, demonstram que as políticas voltadas à expansão da educação, adotadas nas duas primeiras décadas do século XX, não foram capazes de alcançar parte significativa das pessoas negras, e por outro, houve uma aproximação da aprendizagem de trabalhos vinculados à prestação de serviços, que também marcou o período. Talvez, o que as páginas de *Nuestra Raza* nos permitam observar, por meio de uma análise interseccional, seja a perspectiva de que ainda que as oportunidades de recorte classista tenham alcançado pessoas negras, o racismo impediu que a educação formal se espalhasse, e interferiu diretamente no acesso a profissões com maior retorno financeiro.¹⁹ É isso que artigos do periódico reiteradas vezes denunciavam, efetivando seu programa, que nas palavras do colaborador Elemo Cabral se configurava como um “*órgano que defende los derechos de una colectividad menospreciada*”.²⁰

De volta ao centenário da nação e conectando com as denúncias que nos permitem observar as lutas travadas por parte da população negra uruguaia, destaco uma matéria de autoria de Isabelino Gares, sob o pseudônimo de Nagel, no número que circulou em setembro de 1933. Ao fazer menção aos festejos que se estenderam até 1930, relembra a ampla participação da *raza negra*, irmanada às pessoas da *raza blanca*. No entanto, para o momento atual, indicava que não se observava a mesma solidariedade por parte dos brancos. Com base na posição do autor, pode-se inferir que a denúncia vem assentada no direito constitucional e na identidade nacional por meio do que era entendido como solidariedade racial, que nomeia a reflexão, mas que não se fazia presente no início dos anos 1930.²¹

O tema da solidariedade foi constante no jornal, aproximando-se daquilo que Paulina Alberto identifica para São Paulo, na década de 1920, ao se debruçar sobre as discussões em torno da estátua da Mãe Negra.²² No Uruguai, a solidariedade racial é evocada em termos de cooperação entre grupos raciais em prol da unidade nacional. Não obstante, fez-

Demogr%C3%A1ficos/Variables%20Estad%C3%ADsticas%20Relevantes%20Durante%20el%20Siglo%20XX%20-%20201%20Poblaci%C3%B3n.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024. URUGUAY. Instituto Nacional de Estadística. Series históricas: Censos 1852-2011. **Población en el País, según departamento 1852 – 2011**. Disponível em: <https://www.gub.uy/instituto-nacional-estadistica/datos-y-estadisticas/estadisticas/cuadros-censales-comparativos>. Acesso em: 25 jul. 2024.

19 SITUACIÓN económica de raza Negra en Uruguay. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 4-5, 25 mar. 1938 e p. 9, 30 abr. 1938. LA “LÍNEA de color” sigue imperando. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 11, 30 nov. 1939. ANALFABETISMO y semi-analfabetismo. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 2-3, 30 jun. 1940. ¿EXISTEN o no, prejuicios raciales? **Nuestra Raza**, Montevideo, n.p, set. 1945.

20 FUÉ una alta nota de calidad artística el festival del 8. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 12, 24 ago. 1935.

21 NAGEL. Solidaridad Racial. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 4, 25 set.

22 ALBERTO, Paulina. **Termos de inclusão**: intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

se evidente ao conferir especial atenção à reflexão sobre as presenças negras para além das fronteiras nacionais. Destaca-se, por exemplo, a publicação de textos elaborados por estrangeiros, negros e brancos, como o jovem escritor brasileiro Jorge Amado, que em 1937 contribuiu com *Epopeia del negro brasileño*, e Dante de Laytano, que refletiu sobre como o viajante francês Saint-Hilaire viu o negro no Rio Grande do Sul, bem como o já consolidado sociólogo francês Roger Bastide, com *Los escritores de color en lengua francesa em 1947*.²³ Esses autores brancos contribuíram com textos que conferiam visibilidade ao pioneirismo negro em outros países. Tal elemento perpassa também as contribuições do escritor martinicano René Marán e do cubano Nicolás Guillén, do poeta haitiano Pierre Moraviah Morpeau e do norte-americano Langston Hughes.²⁴ Autores negros que, ao longo dos anos 1940, produziram acerca das experiências negras em seus países de origem ou de residência, enfatizando as contribuições da raça negra para o avanço social e cultural, apresentado constantemente como uma prática que se interpunha às interdições de cidadania ainda presentes.

Os redatores e contribuintes da revista também publicavam textos reportando as experiências negras no país e fora dele, com ênfase para nomes hoje relativamente conhecidos, como o abolicionista e ativista social norte americano Booker T. Washington, a liderança cubana pela libertação nacional Antonio Maceo, o político e escritor haitiano Jacques Romain e o poeta e político senegalês Leopold Sedar Senghor.²⁵ Os homens eram maioria dentre as pessoas reportadas, mas por vezes as mulheres apareciam, como nas referências às artistas estadunidenses Marian Anderson, que esteve em Montevideu para apresentar-se e foi saudada nas páginas da revista, e Josephine Baker.²⁶

Uma das estratégias presentes na revista era a utilização de fotografias, principalmente na capa, conferindo destaque às pessoas negras tidas como notáveis. Assim, a presença estava nas letras, mas também nas imagens positivas de uma negritude construída pelas pessoas negras, nos permitindo aproximar daquilo que a historiadora brasileira Beatriz Nascimento apresentou no texto-documentário *Orí* e se configuram como imagens radicais, que delimitam uma outra camada de textualidade, tendo em vista um controle da narrativa aliado ao da corporeidade nos termos definidos pelas próprias pessoas negras.²⁷

23 AMADO, Jorge. “Jubiabá” - Epopeia del negro brasileño. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 4, 30 nov. 1937. LAYTANO, Dante. Como Saint-Hilaire vió el negro en Rio Grande del Sul. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 4, 30 jun. 1942. BASTIDE, Roger. Los escritores de color en lengua francesa. **Nuestra Raza**, Montevideo, fev. 1946, capa.

24 Alguns desses exemplos estão em: MARÁN, René. El escritor de la raza negra Leopold Sedar Sengor y su obra. **Nuestra Raza**, Montevideo, n.p, abr. 1946. MORPEAU, Pierre Moraviah. De Haiti - Correspondencia del escritor haitiano Pierre Moraviah Morpeau. **Nuestra Raza**, Montevideo, n.p, ago. 1947. HUGHES, Langston. El Arado de la libertad. **Nuestra Raza**, Montevideo, n.p, maio 1947.

25 GRAL, Antonio Maceo. En Venezuela se rinde homenaje al Gral. cubano Antonio Maceo. **Nuestra Raza**, Montevideo, 30 abr. 1940, capa. HUGHES, Langston. Langston Hughes, vocero de la esperanza negra. **Nuestra Raza**, Montevideo, 30 maio 1940, capa. BOOKER Taliafero Washington. Booker Taliafero Washington. **Nuestra Raza**, Montevideo, n.p, 30 jul. 1940, capa. GUINEA. Jacques Roumain. **Nuestra Raza**, Montevideo, jan. 1947, n.p.

26 JOSEFINA Baker. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 2, 23 mar. 1935. MARIAN, Anderson. **Nuestra Raza**, Montevideo, 30 jun. 1937

27 Orí, documentário, São Paulo. Direção de Raquel Gerber e pesquisa histórica de Beatriz Nascimento,

A revista divulgava as produções dos próprios afro-uruguaios, sendo em alguns casos a principal plataforma de divulgação, como aconteceu com as produções de Pilar Barrios, que somente em 1947 publicou seu primeiro livro, *Piel Negra*. Essa plena configuração de uma diáspora repleta de comunidades negras era corroborada ainda pelas matérias nacionais e internacionais sobre iniciativas coletivas, como a *Segunda convención de las sociedades negras* levada a cabo em Havana (Cuba) no ano de 1947.²⁸

O objetivo da revista era trazer a existência negra sob a narrativa da inclusão e respeito aos seus direitos. Mas conferia ampla divulgação para os problemas guiados pelo então denominado preconceito de cor, na chave de interdição de direitos ou injustiça racial, como no caso específico dos Estados Unidos. A interdição, por sua vez, é evidente na ampla cobertura do conflito na Etiópia, a partir da invasão pela Itália, entre 1935 e 1936, e as barreiras da denominada linha de cor que estava no Uruguai, mas também em muitos outros países. Os exemplos dos Estados Unidos, reiteradas vezes denunciados, enfatizavam isso, principalmente por conta do caso envolvendo nove adolescentes em Scottsboro, capaz de mobilizar intelectuais negros em diferentes partes do globo e presente nas páginas da revista.²⁹

Ainda que as existências negras fossem o fio condutor da revista, essa presença era bastante masculina. Elemento que foi corroborado pela historiografia especializada, como se pode observar na produção dos historiadores, o norte-americano George Andrews e do uruguaio Eduardo Palermo,³⁰ com pouca problematização acerca da presença feminina. Afinal, é importante que se evidencie, havia o direcionamento para um sujeito negro universal, mas já no primeiro número uma matéria é bastante propositiva ao se direcionar *Para la mujer de nuestra raza*.³¹ Tal destaque, somado a problemas enfrentados atualmente pela historiografia, justifica a próxima parte deste texto, na qual se problematiza a racialização do gênero articulada com a generificação da raça, com enfoque sobre duas colaboradoras de *Nuestra Raza*, extrapolando a comunidade negra montevideana e buscando se aproximar do movimento de mulheres daquele período.

1989. A perspectiva de imagens negras radicais e de intertextualidade está informada por RODRIGUES, Iliriana Fontoura. **Em terras de gente preta se colhem imagens**: acervos fotográficos de famílias negras rurais (Timbaúva/RS). 2021. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. SMITH, Christen. Lembrando Beatriz Nascimento: quilombos, memória e imagens negras radicais. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Pensadores negros-pensadoras negras**: Brasil séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2020. p. 371-385. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.

28 SEGUNDA convención de las sociedades negras. **Nuestra Raza**, Montevideo, n.p, abril 1947.

29 PIDEN la libertad. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 5, 21 out. 1934. O caso envolvendo os nove jovens ocorreu em 1931, na cidade de Scottsboro, localizada no Alabama (EUA), e ficou conhecido como *Scottsboro Boys*. Os jovens foram acusados de agressão e estupro. Oito jovens foram condenados à forca, o caso foi amplamente divulgado e formaram-se comitês contrários à decisão. A pressão foi responsável por uma série de reviravoltas no caso que se alongou por dez anos. Maiores informações em CATES, David. **Scottsboro Boys**. North Mancato: ABDO, 2012.

30 ANDREWS, George Reid. **Negros en la nación blanca**: historia de los afro-uruguayos, 1830-2010. Montevideo: Linardi y Risso, 2011. PALERMO, Eduardo R. Prensa y política afro uruguaya: Nuestra Raza y el Partido Autóctono Negro-primerá mitad del siglo XX. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 7-31, 2019.

31 CHICHITA. Para La Mujer de Nuestra Raza. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 10, 25 ago. 1933.

As mulheres negras na cena pública

A REVISTA que circulou em Montevideu, a partir de agosto de 1933, teve sua primeira época em 1917, na cidade de San Carlos, localizada no departamento de Maldonado, próximo da capital. Nessa cidade, sua edição estava a cargo dos irmãos Barrios, incluindo Maria Esperanza. As contribuições da autora deram-se também no jornal *La Verdad*, de Montevideu, e que circulou entre 1911-1914, sendo também um exemplo de imprensa negra. Nesse jornal, foi responsável pelas *Páginas femeninas*, ocupação que vai alcançar tanto Iris Maria Cabral quanto Maruja Pereyra em *Nuestra Raza*. Tanto Barrios quanto Cabral e Pereyra ocuparam um espaço que apesar de se inserir na cena pública e, consecutivamente, romper com os limites dos papéis de gênero que conferiam às mulheres o espaço da casa, o fizeram sobretudo obedecendo aos códigos sociais de abordar o que era entendido como de exclusividade feminina, como os cuidados com a casa e a família.³² De qualquer forma, Barrios pode ser considerada como um exemplo de transgressão das fronteiras de gênero que, nas análises da jornalista brasileira Gabriela Maria Chabatura, configura-se como uma “voz insurgente da mulher negra no jornalismo uruguaio”.³³

Os homens de *Nuestra Raza* se dirigiram às mulheres negras, mas não raras vezes essas mulheres também se autoinscreveram na história que estava sendo escrita nesses mesmos veículos por meio da memória, traço que os estudos sobre a presença de mulheres na imprensa negra na diáspora têm reforçado.³⁴ Não obstante, o que aqui pretende-se evidenciar por meio da trajetória de duas mulheres negras é tanto a autodefinição quanto a possibilidade de, por meio dos elementos advindos de trajetórias, nos aproximarmos de experiências femininas coletivas. Para tal, fez-se fundamental uma imersão em produções históricas recentes que rompem com uma perspectiva mais tradicional de abordagem das experiências negras e trazem a intersecção entre gênero, raça e classe para o debate, como o fazem as intelectuais uruguaias Karla Chagas, Mónica García Martínez e Micaela La Luz Baquete.³⁵ Ainda que sejam diminutos os

32 A construção social dos papéis de gênero é tema de discussão em diferentes vertentes do pensamento acadêmico. Em termos historiográficos e de embasamento da reflexão aqui desenvolvida destacam-se os trabalhos de Joan Scott e as pesquisas que buscam complexificar a história da América Latina à luz da categoria de gênero. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, jul./dez. 1995, 20(2):71-99. PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 270-283, 2011. PELUFFO, Ana et al. Simpósio: cinco questões sobre os estudos de gênero na América Latina. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 70, p. 227-253, 2020.

33 CHABATURA, Gabriela Maria. María Esperanza Barrios: a voz insurgente da mulher negra no jornalismo uruguaio (1912-1917). **Encuentros Uruguayos**, Montevideo, v. 16, n. 1, 2023.

34 XAVIER, Giovana. **Branças de almas negras?** Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). 2012. Tese (Doutorado em história) – Universidade Estadual de Campinas, 2012. RODRÍGUEZ, Romero Jorge. **Mbundo, Malungo A Mundele**: Historia del movimiento Afrouruguayo y sus alternativas de desarrollo. Montevideo: Rosebud Ediciones, 2006. OLIVA, María Elena. “Queremos nuestra emancipación y la conseguiremos”: mujeres en la prensa negra/afro de Cuba y Uruguay durante la primera mitad del siglo XX. **Perspectivas Afro**, Cartagena, v. 1, n. 1, p. 83-109, 2021. Com exceção da tese de Giovana Xavier, os demais trabalhos apontam para a presença das mulheres negras na imprensa negra, mas não articulam categorias de gênero, raça e classe à luz da interseccionalidade ou mesmo da relação entre elas.

35 CHAGAS IGLESIAS, Karla. **Trabajadoras, escritoras y ciudadanas**. Aportes para un estudio de las mujeres afrouruguayas (1930-1950). 2021. Tesis (Maestría en Historia Rioplatense) – Universidad de la República,

estudos sistemáticos disponíveis, seus aportes fortalecem a leitura das fontes, cujas evidências nos permitem destacar os desafios enfrentados e as lutas articuladas, abordadas aqui como um ponto de vista que possibilita compreender associativismo e ativismo como elementos importantes na configuração de respostas construídas pelas próprias mulheres. À luz da contribuição da teórica portuguesa Grada Kilomba, adverte-se que o ato de escrever compõe o tornar-se sujeito.³⁶ Assim, as autoras que acompanhamos escreveram e se posicionaram ativamente a partir de suas experiências, reivindicando para si próprias o lugar de autoridade de suas histórias e ao posicionarem-se a partir de um coletivo, extensivamente, da história das mulheres negras uruguaias.

Iris Cabral e Maruja Pereyra avançaram nessa transgressão e puderam se fazer presentes em espaços políticos organizados por mulheres uruguaias, a partir da proeminência alcançada em meio ao associativismo proporcionado pela atuação em *Nuestra Raza*. Ambas têm seu aparecimento conjuntamente na edição de janeiro de 1934. Na página que foi identificada pelos redatores como *Lo que piensan nuestras mujeres*, Pereyra saúda a iniciativa de criação da revista com a qual se compromete por meio dos estudos e com o que identificou como engrandecimento da raça. Na sequência, Cabral menciona o artigo que estampa o 1º número, sob o pseudônimo de Chichita, e celebra o *grito* de inteligência da *mujer negra*, que, em suas palavras, até aquele momento, repercutia quando eram lidos artigos sobre o intelecto, no entanto contemplavam apenas *mujeres de otra raza*.³⁷ Assim, evidencia-se tanto a generificação da raça quanto a racialização do gênero, por ora na forma de discurso, mas que recorre a experiências coletivas.

Os escritos inaugurais de ambas se somam ao esforço coletivo de manutenção da revista e agregam a importância conferida ao conhecimento, tido como capaz de vencer as barreiras impostas pela ignorância, que, em última instância, era lida como responsável pela manutenção dos preconceitos raciais. Dessa forma, engajam-se na narrativa já compartilhada pelos redatores de que os preconceitos iam contra os direitos plenamente estabelecidos naquela república sem recortes raciais, logo, a sua presença denotava ignorância de quem os manifestava. A revista buscava contribuir para o engrandecimento material, ou seja, por meio de melhores condições de classe, e espiritual, em termos de cultura.

De pronto, o dado de uma intelectualidade autodidata salta aos olhos, ambas as mulheres fazem menção ao pouco estudo, certamente referindo-se à educação, mas suas contribuições se tornam uma constante e são elogiadas pelos demais redatores. Soma-

Montevideo, 2021. MARTÍNEZ, Mónica García. Mujeres afrouruguayas en el contexto del Primer Congreso Nacional de Mujeres del Uruguay (1936). **Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana**, Mendoza, v. 8, n. 2, 2018. LA LUZ BAQUETE, Micaela. **Silenciadas**: análisis sobre la participación de las afrouruguayas en la prensa escrita (1945-1955). 2024. Trabajo final de grado Licenciatura en comunicación, Universidad de la República, Montevideo, 2024.

36 KILOMBA, op. cit.

37 PEREYRA, Maruja. Lo que piensan nuestras mujeres. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 10, jan. 1934.

se ainda a iniciativa coletiva de criação da *Casa de la Raza*, uma organização cultural voltada para pessoas negras e simpatizantes. Se anteriormente Cabral havia mencionado as mulheres negras, agora é Pereyra quem o faz, incitando a *contribución de la mujer* a escrever textos e compartilhar impressões sobre livros, além de se somar no esforço coletivo da raça negra.

É evidente que, sendo a revista coordenada por outras pessoas que não as colaboradoras aqui observadas, o dado de elas manterem uma constância na participação está relacionado com algo que era valorizado por quem tinha o poder de definir o projeto da revista. De qualquer forma, essa aprovação não exime o dado da transgressão dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres, sobretudo quando se agrega o dado racial. Assim, a observação do pouco acesso à educação formal alinha-se como um dado em que o gênero parece desempenhar um papel ainda mais desabonador quando articulado com a raça, e isso está no campo do trabalho. As mulheres negras referenciadas na revista raramente ocupam profissões bem remuneradas ou de alto *status* social, são sobretudo empregadas domésticas, algo que inclusive se diferencia das possibilidades mais amplas disponíveis aos homens negros. Não obstante, a respeitabilidade evocada na referência às mulheres negras pode também se articular com a preocupação com a prostituição que alcançava principalmente empregadas domésticas, como destacam as historiadoras Karla Chagas, Silvia Rodríguez Villamil e Graciela Sapriza ao se debruçarem sobre a experiência de mulheres no Uruguai da primeira metade do século XX.³⁸

Ainda que a preocupação relacionada à revista e aos papéis desenvolvidos pelas mulheres negras em prol do coletivo tenham se tornado uma constante, os assuntos aos quais as colaboradoras se dedicavam incluíam as questões vinculadas ao mercado de trabalho. Aqui, dados das trajetórias individuais iluminam acerca do conjunto de trabalhadoras negras, sobretudo porque para o período ainda são poucas as análises que incorporam essa variável. Consolidando-se apenas estudos generalizantes, como o do antropólogo Ildefonso Pereda Valdes, que além de ser um colaborador da revista, em 1938 publicou o livro *Línea de Color – ensayos afro-americanos*, um estudo que segue a linha das pesquisas centradas em reminiscências negras e contribuições à história nacional, comum à elite intelectual branca desse período, destaca que a situação econômica no pós-abolição era além de precária, por vezes, humilhante. No entanto, isso não se devia a qualquer inaptidão dessas pessoas, mas sim ao desejo de manutenção de uma condição de inferioridade por parte da burguesia. E complementa:

No fué por incapacidad, por consiguiente, que los oficios más humildes vinieron a parar a manos de los negros. Considerados en todas partes inferiores por la burguesía, no podían aspirar a mejor destino. Las negras eran pasteleras o lavanderas, las más sirvientas.³⁹

38 CHAGAS IGLESIAS, op. cit. RODRÍGUEZ VILLAMIL, Silvia; SAPRIZA, Graciela. **Mujer, Estado y política en el Uruguay del siglo XX**. Ediciones de la Banda Oriental, 1984.

39 VALDES, Ildefonso Pereda. **La Línea de Color – ensayos afro-americanos**. Santiago de Chile: Ediciones

Iris era uma jovem adulta quando começou a contribuir com a revista, com 20 anos. Nascida em Rocha, cidade localizada no departamento homônimo, no litoral oeste, migrou para Montevideu junto da mãe e da avó, onde trabalhava como empregada doméstica, além de atuar em peças teatrais. De acordo com os apontamentos das fontes, sua família era monoparental e o trabalho feminino, por meio da prestação de serviço doméstico, era um traço comum. Maruja Pereyra, por sua vez, destoa pouco desses elementos. Era também empregada doméstica, começou a contribuir com a revista aos 27 anos, e ainda durante sua atuação como articulista casou-se com o fundador-membro de *Nuestra Raza*, Pilar Barrios.

As construções sociais acerca dos lugares sociais das mulheres são comuns ao Ocidente, e encontram-se problematizadas em pesquisas focadas na América Latina, como destaca a historiadora brasileira Joana Maria Pedro e a pesquisadora argentina Alejandra Josiowicz.⁴⁰ As pesquisas atentam para as reconfigurações a partir de marcadores de classe e raça, no entanto, enquanto os estudos basilares sobre história social e gênero alertam para a necessidade de incorporar a raça,⁴¹ são os estudos de gênero assentados no feminismo negro estadunidense e brasileiro, bem como o feminismo chicano e decolonial, que têm se concentrado em compreender racialização do gênero.⁴² A historiografia uruguaia e sobre o país platino enfatizou a presença de mulheres empobrecidas nas classes trabalhadoras de fins do século XIX e princípio do XX, com destaque para a atuação junto a espaços de ideologia comunista, socialista ou anarquista, corroborando a ideia de emancipação feminina com igualdade de salários.⁴³ Destacou também a preocupação com a *trata de blancas*, expressão atribuída ao tráfico de mulheres para a exploração sexual, bem como com a prostituição, estando o reconhecimento dos direitos trabalhistas de trabalhadoras sexuais na pauta de discussões feministas.⁴⁴ E, mais recentemente, problematizou a prostituição entre as mulheres negras, vista por seus contemporâneos como um problema decorrente das dificuldades financeiras.⁴⁵

Ercilla, 1938. p. 213.

40 PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 270-283, 2011. JOSIOWICZ, Alejandra. Gênero e história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 70, p. 221-226, 2020.

41 TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 28-62, 1994. PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, 2009.

42 COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro, v. 49, p. 49-58, 2003. ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987. ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. LUGONES, María. Radical multiculturalism and women of color feminisms. **Journal for Cultural & Religious Theory**, Denver, v. 13, n. 1, 2014. NUNES, Hariagi Borba. Contrabandeio de subjetividades fronteiriças: práticas de resistência nas trajetórias de mulheres racializadas na cidade binacional de Aceguá (Uruguai-Brasil) nos séculos XX e XXI. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

43 VÁZQUEZ, Alesandra Martínez. Roles y representaciones de la mujer obrera según la publicación sindical; Lucha! de la industria de la carne (Uruguay), 1946-1952. **Claves. Revista de Historia**, Montevideo, v. 5, n. 8, p. 153-179, 2019.

44 TROCHÓN, Ivette. **Las rutas de Eros: la trata de blancas en el Atlántico Sur: Argentina, Brasil y Uruguay (1880-1932)**. Montevideo: Taurus, 2006. RODRÍGUEZ VILLAMIL, Silvia; SAPRIZA, Graciela. **Mujer, Estado y política en el Uruguay del siglo XX**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984.

45 CHAGAS IGLESIAS, op. cit., 2021.

No entanto, são ainda pontuais os estudos que problematizam a presença negra dentre a classe trabalhadora uruguaia. Observa-se aquilo que o historiador brasileiro Álvaro do Nascimento destacou, em 2016, para a mesma temática no Brasil, e que felizmente é hoje uma questão localizada temporalmente frente à consolidação de pesquisas já em curso na época e que viabilizaram uma agenda potente de discussões dessa natureza.⁴⁶ O que fora entendido como paradigma da ausência, ainda mais evidente no Brasil por conta do expressivo número de pessoas negras, também pode ser observado para o Uruguai. Mais uma vez, é a presença evidenciada nas páginas da imprensa negra que nos permite contestar a ausência, e mesmo o silenciamento, e começar a adentrar nas especificidades daquilo que quando apontado apareceu ainda de forma muito genérica. Nesse sentido, as produções das acadêmicas uruguias anteriormente destacadas são muito importantes, pois se preocuparam com a problematização do gênero articulado com raça, aquilo que a própria Karla Chagas operacionaliza por meio da ferramenta da interseccionalidade em estudo mais recente.⁴⁷

A atuação de Iris e Maruja como empregadas domésticas corrobora a análise empreendida por Karla Chagas, que destaca a presença massiva de mulheres negras nesse trabalho. A historiadora enfatiza que a migração de mulheres negras para a capital, na primeira metade do século XX, esteve vinculada com a oferta de emprego doméstico junto de moradia, na casa dos patrões.⁴⁸ Considerando as precárias condições econômicas dessa parcela da população, ter casa e emprego tornava-se atrativo.

Uma atenção dedicada aos anúncios que estampavam as páginas de *Nuestra Raza* permite assinalar que, no mínimo, o público leitor via no emprego doméstico uma possibilidade de atuação, tendo em vista o anúncio da *Agencia de colocaciones Carrasco* que se apresentava como detentora das melhores casas, ou seja, tratava-se de uma agência de emprego doméstico, que conectava as trabalhadoras às casas. Tendo em vista o problema do tráfico de mulheres e a prostituição, parece compreensível a agência se colocar naqueles termos em um periódico voltado à população negra. Chagas chama atenção ainda para o fato de que a agência e a revista estavam localizadas no mesmo endereço, ainda que não lhe seja possível apresentar maiores informações sobre a relação entre ambas, me parece seguro afirmar que ambas estavam inseridas dentro de uma mesma rede de relações que incluía as pessoas negras.⁴⁹

46 NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016. A título de exemplo do que pode ser entendido como uma agenda levada adiante por historiadores brasileiros, recomenda-se os dossiês “Racismo e Relações Étnico-Raciais”, organizado na *Revista Brasileira de História*, em 2021, pelas historiadoras Erika Arantes, pioneira nas discussões desde o início dos anos 2000, Ynaê Lopes dos Santos e Juliana Barreto Farias, duas importantes interlocutoras na agenda sobre os mundos do trabalho; bem como “Relações raciais e racismo nos mundos do trabalho”, organizado na *Revista Mundos do Trabalho*, em 2023, por Paulo Terra e Robério Santos, dois expoentes do campo..

47 CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. **Recuperando la memoria**: Afrodescendientes en la frontera uruguayo-brasileña a mediados del siglo XX. Montevideo: Mastergraf, 2009. CHAGAS IGLESIAS, op. cit.

48 CHAGAS IGLESIAS, op. cit.

49 CHAGAS IGLESIAS, op. cit., p. 44.

Embora não tenha sido encontrada nenhuma escrita de Iris ou Maruja refletindo especificamente sobre essa ocupação, a presença constante do chamado às *obreras*, por vezes também identificadas como *trabajadoras*, demonstra que ambas entendiam o trabalho de mulheres negras como um assunto fundamental para a comunidade negra. Ao se colocarem como propulsoras de uma discussão acerca disso, ambas podem ser interpretadas como ativistas sociais, o que ganha mais força ao identificar que elas extrapolaram as fronteiras raciais e instituíram o debate também com mulheres de outros grupos.

Em abril de 1936, Cabral e Pereyra se fizeram presentes no *Primer Congreso Nacional de Mujeres* do Uruguai, ocorrido nas dependências da *Universidad de la República*. Participaram enquanto delegadas representando a seção feminina do recém-criado *Comité de la Raza Negra contra la guerra Y el fascismo*. O congresso foi organizado pela *Unión Femenina Contra la Guerra*, que, por sua vez, era composta de diferentes tendências da organização feminina no país, com lugar para feministas brancas advindas de classes mais abastadas, anarquistas brancas e as mulheres negras, estes últimos dois grupos vinculados às mulheres trabalhadoras.⁵⁰ Como os nomes dos coletivos evidenciam, tratava-se de organizações da sociedade civil que colocavam-se como contrárias à grande guerra, que naquele momento era marcada pelo avanço das tropas fascistas italianas, sob comando de Mussolini, sobre a Etiópia, liderada por Hailé Selassié. Tal ato era interpretado nas páginas da revista como manifestação explícita do racismo em relação aos negros.

De qualquer forma, ainda que a guerra fosse o estopim da unidade, as mulheres fizeram uso da palavra para discutir a situação feminina no país, com ênfase aos direitos trabalhistas e ao sufrágio – que ainda não era permitido –, a partir dos diferentes recortes e tendências ali representados. Nesse sentido, nas páginas da revista as intervenções das duas delegadas negras foram destacadas:

Como es del dominio de todos, al referido Congreso asistió, en representación del Comité de la Raza Negra contra la guerra y el fascismo, la mujer negra, que en su condición de mujer del pueblo; que siente y sufre las consecuencias del privilegio hecho dogma, expuso en nombre de la colectividad que representaba, sus puntos de vista concretos, en lo referente al fin primordial que allí la llevaba: la guerra y el fascismo.⁵¹

Iris Cabral, cuja eloquência e postura foram saudadas pelos redatores de *Nuestra Raza*, apresentou a proposta de criação de um sindicato de empregadas domésticas, justificando para isso a inexistência de legislação trabalhista para o setor e os consequentes impedimentos para a aposentadoria. O apoio à proposta não ficou restrito a sua companheira de Comitê, Maruja Pereyra, alcançou unanimidade entre as delegadas presentes. Assim, a proposta

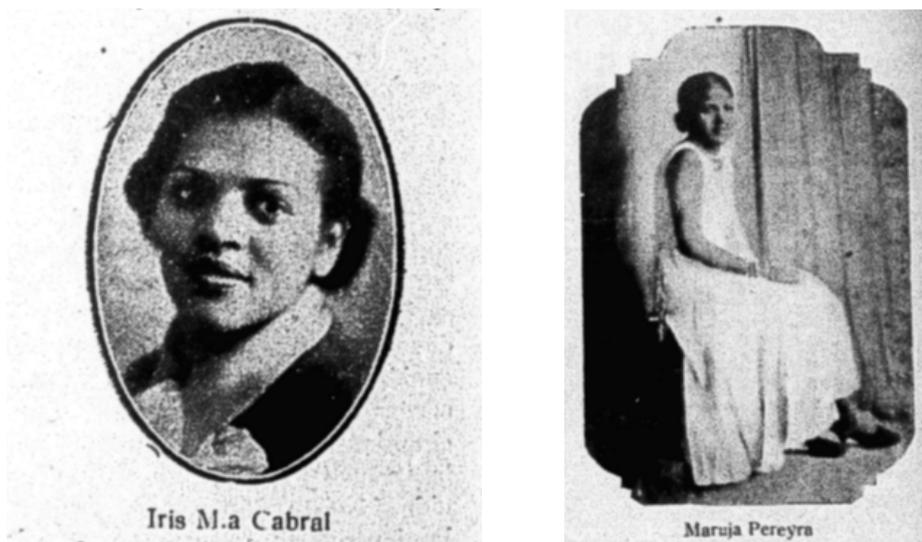
50 VILLAMIL, Silvia Rodríguez; SAPRIZA, Graciela. Feminismo y política: Un análisis crítico del proceso de aprobación del voto femenino en el Uruguay. *Hoy es Historia – Revista Bimestral de Historia Nacional e Iberoamericana*, Montevideo, año 1, n. 4, p. 16-31, jun.-jul.1984. MARTÍNEZ, op. cit.

51 NAIDE, Don. Desde mi rincón. *Nuestra Raza*, Montevideo, p. 3, 23 maio1936.

articulava a um só tempo a preocupação com o coletivo de mulheres negras trabalhadoras e suas companheiras de profissão, ou seja, raça, classe e gênero apresentam-se inseparáveis, mas não exclusivos. Enquanto as explorações de gênero eram transversais, a experiência das mulheres, quando em relação com a classe eram pontos que marcavam a semelhança na exploração direcionada às trabalhadoras dos setores menos abastados. Já a raça era um ponto de diferença, o que permite observar a importância da interseccionalidade desde o ponto de vista relacional. Dessa forma, semelhanças e diferenças convergem em prol de um mesmo projeto político informado pelo hoje e denominado como práxis interseccional. Construía-se assim o que a socióloga estadunidense Hill Collins identifica como solidariedade flexível, em que a semelhança e a diferença estão relacionadas e não em oposição.⁵²

Os relatos sobre o feito das delegadas negras povoam as páginas das edições de abril e maio da revista, especialmente por meio da manifestação dos redatores, que em editorial de página inteira saudaram *La mujer negra en la acción*,⁵³ e do destaque para as fotografias de ambas as delegadas negras.

Imagem 1 e 2: Iris Maria Cabral e Maruja Pereyra



Fonte: FUE una alta nota de calidad artística el festival del 8. **Nuestra Raza**, Montevideo, p. 10-11, 24 ago. 1935.

Infelizmente, um fato trágico ocorrido em 31 de maio deslocou o foco do importante feito daquelas duas mulheres: Iris faleceu repentinamente e sua morte foi lamentada por pessoas e organizações negras de diferentes partes do país, como os clubes negros *Centro Renacimiento*, de Rocha, *Centro Uruguay*, de Melo e *Centro Social Black Melody*, de Montevideu. No entanto, o entendimento de que faleceu uma importante liderança negra que lutou pelos direitos de homens e mulheres alcançou também mulheres não negras que haviam compartilhado com

52 COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022. p. 301-307.

53 LA MUJER negra en la acción. **Nuestra Raza**, Montevideo, n.p, 25 abr. 1936.

ela a organização do congresso, como evidenciado nas condolências encaminhadas por Maria Isabel Cedrofilardo, presidente da *Unión Feminina contra la Guerra*.⁵⁴

Não dispomos de elementos para indicar qual a causa da morte, mas fica explícito que foi algo cruel e repentino. Ainda que a tuberculose fosse uma doença arrebatadora e muito presente no país naquele momento, não parece ter sido essa causa, uma vez que as condolências reforçam a sua disposição recentemente constatada, e que pode ser acompanhada também pelos seus escritos nos meses de abril e maio, quando além de ter assumido a função de colunista social idealizou *La página de Abuelita*, que começaria a receber contribuições de outras mulheres, e seria uma página completamente feminina, como Iris Maria Cabral ressaltou.⁵⁵

A atuação de Iris foi seguida pela sua companheira de congresso Maruja Pereyra, que, em 1940, esteve entre as fundadoras da *Agrupación del Servicio Doméstico Pro-Jubilación Doctor Solís Vila*, o primeiro sindicato de empregadas domésticas do país. Maruja Pereyra que, em julho de 1937, se casaria com Pilar Barrios, também é compreendida aqui como uma ativista social, não apenas pela sua atuação junto aos espaços já referidos, mas também porque se colocou como uma formadora de opinião e articuladora das mulheres negras do país em torno do sufrágio. Algo que por si só já lhe resguardaria um posto de destaque no movimento de mulheres daquele país, mas porque ao sufrágio articulou a consciência racial e de gênero. Assim, fez do espaço ocupado nas páginas da revista uma plataforma de unidade política assentada na emancipação das mulheres negras, convocadas a exercer o papel de cidadãs votando pelas suas cabeças e não pela dos seus maridos, ainda que demonstrasse preocupação com a realidade de mulheres sem acesso a instrução e residentes em espaços interioranos, por exemplo.⁵⁶

Cabe destacar que o voto feminino havia sido incorporado à constituição oriental de 1934, mas a 1ª eleição em que isso se efetivaria seria a de 1938, com a disputa de cargos para o Parlamento nacional. Em meio a esse cenário, Maruja, que já se posicionava como uma mulher atenta aos interesses do coletivo negro, articula redes de conscientização e mobilização de mulheres negras ao lado de Maria Felina Diaz e Clementina Gomez Fernández, por exemplo.⁵⁷ O que é entendido aqui como uma agenda política atenta aos papéis de gênero e sua intersecção com a raça. Agenda esta que alcança delimitações bastante nítidas quando da idealização do *Partido Autoctono Negro* em 1936.

54 CONDOLÊNCIAS. *Nuestra Raza*, Montevideo, p. 11, 23 jul. 1936.

55 CABRAL, Iris. La Página de Abuelita. *Nuestra Raza*, Montevideo, p. 9, 23 maio 1936.

56 PEREIRA, Maruja. La Inscripción Obligatoria. *Nuestra Raza*, Montevideo, p. 9, 28 nov. 1936.

57 Maria Felina Díaz nasceu em Melo, migrou para Montevideu onde trabalhava como empregada doméstica e era ativa na comunidade negra local, sem perder seus vínculos com a cidade natal, participando do Centro de Damas do Clube Centro Uruguay, de Melo, e importante articuladora do *Comité Feminino do Partido Autóctono Negro*, também em Melo. Clementina Gomez Fernández era musicista e ofertava classes de música em anúncios na revista *Nuestra Raza*, fundadora do Partido Feminista e da *Asociación Uruguaya de Música*. CHAGAS IGLESIAS, op. cit.

A criação do partido de configuração racial tem em *Nuestra Raza* apoio basilar e, embora a própria Maruja Pereyra em reflexão posterior tenha destacado que as mulheres não participavam das discussões políticas institucionais, as mulheres negras ocuparam o posto fundamental de divulgação das ideias e arregimentação de mulheres negras como potenciais eleitoras.⁵⁸ As evidências dessas ações e reflexões estão dispostas na referida revista, mas, principalmente, no periódico porta-voz do partido, que circulou no ano de 1937, a partir da capital, intitulado *Órgano del Partido Autoctono Negro (PAN)*.

Já no primeiro exemplar, que circulou em abril, aparece a *Páginas para ustedes*, direcionada para as mulheres negras, assinada por Pereyra e Felina Diaz. Os textos de ambas destacam a importância de a mulher negra votar e a valorosa iniciativa de criação do PAN, como sugerem as palavras de Pereyra: “*Mujer negra despierta que ha llegado el momento*”. Corroboradas pelas palavras de Felina Diaz: “*ha llegado el momento no solo de votar sino de elevar nuestra raza ingresando en las filas de nuestros Hermanos cuyos son los que integran el Partido Autóctono Negro, cuyo fin es el de interpretar los ideales y aspiraciones de nuestra raza*”.⁵⁹

O tom dos escritos permanece durante a curta existência desse periódico, mas agrega-se à denúncia sobre as divisões internas à coletividade negra e o não comprometimento de outras mulheres negras. O que provavelmente auxilia no entendimento do fracasso eleitoral alcançado pelo partido nas eleições de 1938, com apenas 87 votos, todos restritos a Montevideú. De qualquer forma, Maruja, que então passa a assinar Pereyra Barrios, mantém-se ativa e comprometida com as futuras gerações, como a ênfase conferida às crianças negras na página *Gente Menuda* já permitia observar, bem como a participação junto ao *Comité Nacional Pró Festejos do Centenario de la Abolición de la esclavitud* responsável por atividades ao longo de 1942.

É por meio desse comitê que se publica o que é aqui entendido como uma carta de princípios de ativistas feministas negras orientais: *Las mujeres negras a sus hermanas de todo el país*.⁶⁰ O documento é subscrito por mais de duas centenas de mulheres, distribuídas entre membros, comissão diretiva, comissão de senhoras, na qual se encontra Pereyra Barrios, e o comitê feminino de Rocha. Está direcionado às mulheres como um todo, ou seja, foi escrito tendo em vista a recepção por aquilo que Patricia Hill Collins identifica como comunidade interpretativa.⁶¹ Nesse caso, era uma comunidade de mulheres pertencentes a diferentes ideologias, mas havia um diálogo, por isso o comunicado. Não obstante, o que se quer destacar nessa reflexão é que há indícios de que havia o entendimento de que comunicar-se com o grupo mais amplo de mulheres exigia acentuar o racismo e sua correlação com o sexismo, que no caso das mulheres negras interpunha barreiras específicas. Dessa forma,

58 GASCUE, op. cit.

59 PÁGINAS para ustedes. *Órgano del Partido Autoctono Negro*, Montevideo, p. 3, 15 abr. 1937.

60 LAS MUJERES negras a sus hermanas de todo el país. *Nuestra Raza*, Montevideo, n.p, 30 nov. 1942.

61 COLLINS, op. cit., 2022. p. 301-307.

a interseccionalidade é fundamental como ferramenta capaz de enfatizar a perspectiva relacional, que no interior do coletivo negro evidenciava o racismo como barreira central, sem desconsiderar as diferenças que atingiam homens e mulheres, no coletivo de mulheres permitia apontar para como o racismo potencializa a discriminação sexista.

As mulheres negras ao se colocarem como parte da vida cidadã nacional, que se identificam com as mulheres de outros grupos raciais, destacam e justificam por meio de pressupostos que contrapõem o *“privilegio por medio del cual la pretendida civilización del hombre blanco se había propuesto humillarnos [raça negra] y por ende privarnos de los derechos humanos”*.⁶² Assim, contestam as divisões internas com base na ideia de raça e a contrapõem com a democracia, cujas leis de sustentação preveem a igualdade sem distinção de raças. Entende-se aqui que elas estão a acionar o passado, que deveria permanecer no passado, mas também o presente, certamente reconhecido como perverso ao evocar o racismo que operava nos Estados Unidos, mas, sobretudo, envolvendo os horrores perpetrados por Itália e Alemanha durante a guerra. Em outras palavras, o tempo da escravidão não deveria se estender ao presente, como se estava observando internamente, ainda que fosse ponto de atenção hegemônica apenas o que acontecia fora do país.

Destacaram a cultura e a importância do trabalho executado por pessoas negras para o enriquecimento do país ao longo dos 100 anos de liberdade. A afirmação vem acompanhada de uma solicitação que retira dos grupos negros a responsabilidade pela situação precária em que se encontram, pois *“atendiendo la situación económica que le afecta, inferior a los demás núcleos raciales, es que pide de los poderes públicos y del publico todo el reconocimiento que se merece”*. Ao evocar o dado do merecimento, percebe-se um deslocamento de uma justificativa individualista e meritocrática que acaba por justificar os malefícios do racismo, sobretudo porque houve também a comparação com os outros grupos raciais.

O texto faz uso ainda da estratégia de representar a raça negra, mas sem adotar apenas a linguagem de um sujeito negro universal:

Las mujeres de la Raza Negra hacen esta declaración por comprender que el Uruguay desarrollando una vida democrática que justifica su pasado se ha convertido en una de las ciudadelas de la libertad en todas sus acepciones: política, social, intelectual y religiosa.

La Raza Negra en estos momentos de mezquinos pensamientos, lleva su fe democrática cual ígnea tea, para ponerla al servicio de la democracia [...]

Nuestro manifiesto es dirigido a todas las mujeres del Uruguay, para hacer llegar a los puntos más recónditos de la República nuestra voz de LIBERTAD Y JUSTICIA.⁶³

A atuação da seção feminina desse comitê se aproxima daquilo que já fora observado no Congresso de Mulheres. Ainda que o objetivo principal fosse consolidar os festejos em

62 LAS MUJERES negras a sus hermanas de todo el país. **Nuestra Raza**, Montevideo, n.p, 30 nov. 1942.

63 Ibidem.

torno do centenário da abolição, fez-se uso do momento em que era impossível negar as presenças negras para denunciar o racismo, o sexismo e a situação econômica precária que relacionava ambas as explorações. Para tal, fez-se uso da retórica da democracia e da cidadania assentadas em justiça e liberdade, que tão bem se articulavam em tempos de guerra e de manutenção do racismo.

As análises das atuações de Iris Maria Cabral e Maruja Pereyra, por meio do que foi publicado nas páginas dos periódicos aqui acompanhados e em diálogo com a historiografia, convergem para o mapeamento de como mulheres negras fizeram da cena pública um lócus de enunciação. Além de compreendermos elementos acerca das trajetórias de ambas as escritoras e ativistas, fez-se possível compreender discussões inerentes à parcela da comunidade negra, com ênfase para o recorte de gênero dentro do racial e à organização de mulheres nas décadas finais da primeira metade do século XX. Assim, evidenciam-se experiências calcadas em coletividades que, analisadas a partir da ferramenta da interseccionalidade, permitem acompanhar algumas das pautas que informavam as lutas por cidadania no Uruguai.

Legado de pessoas negras

O ENTENDIMENTO da imprensa negra como um espaço que permitiu marcar mais que presenças, mas as próprias existências de pessoas negras construindo contranarrativas potentes, aliado às análises a partir do recorte de gênero, evidenciam a importância do associativismo negro como lócus privilegiado para pesquisas históricas centradas nas experiências negras. As experiências de Iris Maria Cabral e Maruja Pereyra, observadas por meio dos registros legados pelos periódicos aqui analisados, nos possibilitaram atentar tanto para a denúncia do racismo quanto para uma primeira apreciação do gênero como um fator de vulnerabilidade no interior da comunidade negra, mas também aliado à raça, no interior da coletividade feminina. Não obstante, as trajetórias aqui observadas pela lente da coletividade evidenciam os esforços para que se pudesse existir plenamente, sobretudo quando direitos ainda estavam interditados e as condições de vida eram tão precárias, elementos distintivos do campo de estudos do pós-abolição. É fundamental historicizar esses processos para complexificar nossos conhecimentos sobre a história das Américas, mas também para que possamos compreender desdobramentos atuais no interior da nação uruguaia, por vezes tão próxima do Brasil, mas por outras tão distantes.

A atuação e os escritos dessas duas ativistas, bem como as redes em que se inseriram, nos permitem alcançar um fragmento do pensamento-ação de mulheres negras no Uruguai. Possibilitam também problematizar elementos relacionados às experiências de gênero, classe e raça a partir das mulheres, rompendo com a pretensa universalidade, tanto de um sujeito negro quanto de um sujeito feminino branco. Experiências essas que

se inserem em uma comunidade conectada pela identidade racial, mas também por um projeto político de emancipação social, o que nos auxilia na compreensão da retórica da solidariedade que aqui é acionada por meio do gênero e da raça.

Essas mulheres refletiram sobre presente e passado, mas ao se engajarem em um projeto político de emancipação social estavam projetando futuro. Não à toa, foi uma constante a ida ao túmulo de Iris Cabral enquanto este permaneceu em Montevideu, seguido de matérias de lembrança e reconhecimento de seus feitos. O *desaparecimento*, como então se fazia menção à morte, era apenas do corpo físico. Aqueles homens e mulheres atuaram para manter sua memória viva, bem como o de outros e outras que contribuíram para a obra de emancipação social que a revista *Nuestra Raza* encampou. Isto é evidenciado na reflexão posterior de Maruja Pereyra-Barrios que, aos 74 anos de idade, já aposentada de sua função de empregada doméstica, destacou a atuação das pessoas envolvidas na revista.⁶⁴ Não obstante, as trajetórias aqui acompanhadas são indícios potentes da necessária desestabilização das noções de igualdade e sua correlação com a historicização da racialização do gênero e da generificação da raça como marca das relações sociais no Uruguai pós-abolição.

Não obstante, enfatiza-se ainda que o pós-abolição enquanto um problema a ser enfrentado pela historiografia, bastante observado nas pesquisas acerca da realidade brasileira, configurasse como importante também para o Uruguai. Isto está evidente nas denúncias constantes de uma interdição aos direitos imposta por ideias de raça que prevaleceram no recorte cronológico aqui examinado, bem como por uma construção positiva dos significados de ser uma pessoa negra no interior da racialização reinante. As páginas da revista *Nuestra Raza*, somadas aos esforços de seus articulistas, destacam como subverteu-se uma ideia biológica hierarquizante de raça negra para, por meio de seus escritos, evidenciar uma experiência negra plural, assentada em exemplos do cotidiano, que engendrava a memória de tempos passados com aquilo que era vivido por pessoas negras dentro e fora do país. Efetivou-se, assim, uma consciência negra diaspórica, assentada na memória, cuja história oficial ainda se recusava a incorporar.

Felizmente, as histórias das mulheres que aqui acompanhamos permaneceram vivas nas páginas da imprensa negra e na memória de seus contemporâneos, responsáveis por repassá-las às mulheres afro-uruguaias de hoje. Mulheres essas responsáveis por uma autoinscrição na história do tempo presente, ora por meio de escritos de divulgação que se aproximam daquilo que entendemos como história pública,⁶⁵ ora por meio do subsídio a políticas públicas, como o decreto da junta departamental de Montevideu que, no mês em que completaria 88 anos do falecimento de Iris Maria Cabral, aprovou a incorporação do

64 GASCUE, op. cit., 1988.

65 Exemplos estão nas publicações da revista on-line espanhola *Afrofeminas*. Disponível em: <https://afrofeminas.com/>. Acesso em: 30 jul. 2024; e nas produções disponibilizadas por *Inmujeres-UY*, órgão vinculado ao *Ministerio del desarrollo social de Uruguay*. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/genero>. Acesso em: 30 jul. 2024.

seu nome à nomenclatura das ruas da capital, sob a justificativa de ser ela uma *activista afrouruguaya*, quando recentemente também se havia aprovado um prêmio com seu nome, por demanda do Movimento Afro Nacionalista.⁶⁶

As lutas por cidadania no Uruguai atravessam o longo pós-abolição e, como este texto buscou destacar, assentam-se em registros históricos de homens e mulheres que fizeram da experiência de vida uma condição de possibilidade para as próximas gerações. Mantendo, dessa forma, o compromisso coletivo, o entendimento da importância dos registros e a disputa por narrativas que sejam a um só tempo inclusivas, coerentes, justas e não esquecidas pelas pessoas comuns ou encobertas pelo conhecimento científico.

Recebido: 12/08/2024

Aprovado: 04/11/2024

66 Junta Departamental de Montevideo. **Servicio de Actas y Taquigrafía Departamento Legislativo – Acta 1794**. Disponível em: <https://juntamvd.gub.uy/viejo/data/actas/1261/1794-acta-final-03032016.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024. Junta Departamental de Montevideo. **Servicio de Actas y Taquigrafía Departamento Legislativo – Acta 1805**. Disponível em: <https://juntamvd.gub.uy/viejo/data/actas/1283/1805-acta-final-12052016.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024.